

Devido à grande carência de profissionais

Falta de enfermeiros é compensada por cerca de mil horas extraordinárias por mês na Urgência do Hospital do Divino

A redução do horário para 35 horas do pessoal de enfermagem nos três hospitais da Região veio aumentar a necessidade de recrutamento de mais 60 a 70 enfermeiros, afirmou ontem o Presidente da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, Luís Furtado.

Esta redução do horário de trabalho dos para 35 horas diz respeito apenas aos enfermeiros que têm contratos individuais de trabalho, o que só acontece nos hospitais enquanto entidades públicas empresariais regionais.

Segundo o cálculo feito pela Secção dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, existe uma carência na Região de 361 enfermeiros contando já com a carência dos 70 enfermeiros motivada pela redução do horário de trabalho.

Quando questionado se esta carência de enfermeiros tem levado a que alguns serviços hospitalares no Hospital do Divino estejam a trabalhar 'a meio gás' ou mesmo tenham sido encerrados, Luís Furtado responde que "não têm fechado serviços".

O que está a acontecer, como explicou, "é um recurso excessivo a trabalho extraordinário".

O responsável pela Ordem dos Enfermeiros nos Açores deu como exemplo o Serviço de Urgência do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada que, neste momento, "recorre a cerca de mil horas extraordinárias por mês de pessoal de enfermagem. Ora, sem fazer contas e sem ir ao valor absoluto do custo, estamos a falar em, pelo menos, 12 mil euros por mês de horas extraordinárias. E o que deviam fazer era contratar enfermeiros com a despesa das horas extraordinárias".

Luís Furtado alertou para o facto desta sucessão de horas extraordinárias representar uma "sobrecarga do pessoal de enfermagem e o inerente cansaço a que estão sujeitos os profissionais num serviço de natureza crítica (o Serviço de Urgência) onde entra desde a situação mais simples à situação mais complexa".

Contratações, mas nem tanto

Luís Furtado admite que tem havido contratações de enfermeiros pela tutela mas "não estão a acontecer nem ao ritmo que é desejável, nem na quantidade que é desejável".

"Ainda continua a haver muito trabalho extraordinário. E o trabalho extraordinário é, por si só, do ponto de vista financeiro, uma medida completamente desproporcional por parte da entidade empregadora", opinou.

Referiu-se a um despacho de contratação em todas as unidades de Saúde de ilha que foi publicado este ano. Mas, por exemplo, no caso da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, no número de vagas abertas este ano iriam ser deduzidas as vagas que



Enfermeiros com excesso de cansaço no Hospital do Divino Espírito Santo

foram autorizadas o ano passado e que não foram ocupadas. "Ou seja, foi autorizado um conjunto de vagas para 2017 que não foram ocupadas e este número de vagas transitou para 2018. No fundo, não houve acréscimo. E este tipo de medidas tem acontecido", salientou.

Acentuou que, quando dizemos que existem contratações, o facto é que estas contratações "não têm nem a intensidade nem o volume que seria desejável".

Perante a questão sobre se não há enfermeiros disponíveis no mercado, a sua resposta é a de que "há e isto é caricato precisamente por isto. Há enfermeiros disponíveis no mercado de trabalho. Simplesmente, não tem havido esforço de contratação suficiente..."

Questionado sobre o facto de se terem aberto vagas em 2017 que não foram preenchidas por candidatos, a sua resposta foi a de que "isto tem a ver com fases. A primeira fase do concurso dizia respeito a mobilidade e praticamente não houve vagas ocupadas. Esta segunda fase, há por concurso directo às vagas, já temos uma lista seriada e há pessoas que vão tomar posse. Tem a ver com questões processuais".

"Se abrirmos, neste momento, 40 a 50 vagas de enfermeiros para o Hospital de Ponta Delgada, garanto-lhe que todas elas serão ocupadas", completou.

Colocado perante o facto de os médicos se estarem a queixar de que os enfermeiros estão a aparecer nos serviços hospitalares com evidente cansaço, a resposta de Luís Furtado é sintomática: "Naturalmente, é impossível não reconhecer. O enfermeiro que está 16 horas num Serviço de Urgência, das 8 da manhã à meia-noite, ou das 16h00 às oito da manhã, naturalmente que está cansado. É que uma situação destas

Para Miguel Guimarães, as "regiões mais carenciadas e mais periféricas" são as que "vão sofrer mais" com a redução dos horários, porque já são "as mais debilitadas" a nível de profissionais.

O Bastonário da Ordem dos Médicos previu "uma situação mais ou menos caótica", porque acontece no início do período de férias, em que há menos pessoas a trabalhar, e a "capacidade de resposta dos serviços é reduzida".

"É uma situação que pode e vai reduzir a capacidade de resposta do Serviço Nacional da Saúde", numa altura em que há "imensas dificuldades", com as listas de espera para cirurgia a aumentar de ano para ano, bem como o tempo de espera para a primeira consulta de especialidade hospitalar, disse Miguel Guimarães.

As consequências prováveis são o fecho de salas de bloco operatórios, implicações nos tratamentos e nas consultas externas, além de alguns serviços terem de "encerrar camas de internamento por não terem, por exemplo, os enfermeiros necessários para assegurar os cuidados de saúde a doentes internados".

Na base do problema, criticou, está o facto de o Governo não ter acautelado a situação, com "um plano adequado" para a contratação atempada dos profissionais necessários para cobrir as necessidades decorrentes desta mudança que envolve milhares de profissionais.

BE quer 35 horas semanais no sector privado

A coordenadora do BE, Catarina Martins, já anunciou que os bloquistas vão entregar na próxima semana, na Assembleia da República, uma iniciativa legislativa para estender ao sector privado a redução de 40 para 35 horas de trabalho semanais. O anúncio foi feito na intervenção de encerramento do X Encontro do Trabalho do BE, em Lisboa, na qual Catarina Martins disse também esperar a aprovação de uma nova lei para o trabalho de turnos, que se encontra em discussão na especialidade.

"Nada justificaria que ficasse por aprovar nesta legislatura", referiu.

A discussão da iniciativa legislativa para igualar ao privado as 35 horas semanais praticadas na administração pública decorrerá em 18 de Maio, especificou Catarina Martins.

"Portugal tem o segundo maior número de horas de trabalho da União Europeia. Está no momento de fazer esta redução. O crescimento da economia e o aumento da produtividade, por via da incorporação tecnológica na produção, permite fazer esta redução de horário e, assim, criarem-se muitos postos de trabalho em Portugal", defendeu, em declarações aos jornalistas no final do encontro.

J.P.

Colocado perante o facto de os médicos se estarem a queixar de que os enfermeiros estão a aparecer nos serviços hospitalares com evidente cansaço, a resposta do responsável da Ordem dos Enfermeiros, Luís Furtado, é sintomática: "Naturalmente, é impossível não reconhecer"

isolada é uma coisa. Agora, imagine esta situação estar a ocorrer há anos, como está a acontecer no Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada. Não há profissional que aguente".

Serviços de Saúde "caóticos"

Desde o dia 5 do corrente que enfermeiros, assistentes e técnicos de diagnóstico regressaram às 35 horas de trabalho semanais, em vez das 40 horas, numa altura de férias e em que há greves marcadas por sindicatos às horas extraordinárias.

A Ordem dos Médicos já tinha alerta que a passagem do horário dos profissionais de saúde para 35 horas semanais sem novas contratações reduz a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS), principalmente nas regiões mais carenciadas e periféricas, como o caso dos Açores.